

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EM ORIXIMINÁ (2020–2024)

LUCIENE MARIA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
lulucyenesilva@gmail.com

MARIA LÍLIA IMBIRIBA SOUSA COLARES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
liliacolaress@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Este estudo integra uma pesquisa de Doutorado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), inserindo-se no campo das políticas educacionais analisando a institucionalização da política de educação integral em tempo integral no município de Oriximiná/PA, no período de 2020 a 2025.

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, nas últimas décadas, a educação integral em tempo integral tem se afirmado como uma agenda relevante. Esse movimento ocorre em um contexto marcado, simultaneamente, pela ampliação do reconhecimento da educação como direito social e pela reconfiguração das funções do Estado na condução das políticas públicas (Saviani, 2017). No entanto, quando observada no âmbito dos sistemas municipais de ensino, sua consolidação evidencia limites que extrapolam o plano normativo, envolvendo condições institucionais, materiais e territoriais que tensionam sua efetivação (Azevedo, 2004).

Diante desses limites, embora a educação integral figure no cenário brasileiro como parte da agenda governamental, sendo institucionalizada por meio de leis, decretos, portarias, resoluções e documentos orientadores que definem suas diretrizes de implementação nos estados e municípios, observa-se que parte da produção acadêmica tem se concentrado na análise de programas federais e de suas formas de implementação. Em contrapartida, ainda são pouco exploradas as investigações que



tratam sobre a institucionalização das políticas de educação integral no nível municipal, especialmente em contextos amazônicos, como é o caso do município de Oriximiná, lócus desta pesquisa, situado no oeste do estado do Pará (Silva et al., 2025; Costa et al., 2026).

É nesse contexto que se insere esta pesquisa que se orienta pela análise da institucionalização da política municipal de educação integral em tempo integral em Oriximiná/PA, no período de 2020 a 2025, tomando como referência os documentos normativos e orientadores produzidos pela Secretaria Municipal de Educação. Tendo o seguinte questionamento: como se constitui a institucionalização da política de educação integral em tempo integral no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná, entre 2020 e 2025, a partir da análise dos documentos normativos e orientadores produzidos nesse período?

Para responder a essa questão, parte-se do entendimento de que, na formulação de uma política social, estão sempre presentes concepções de Estado que se concretizam de acordo com as condições históricas, materiais e sociais de cada contexto. Conforme assinala Höfling (2001, p. 13), “a política pública não é, pois, neutra ou desinteressada, ela exprime interesses que resultam da luta de classes e das disputas entre os diferentes grupos e forças sociais que compõem a sociedade”. Nesse sentido, a análise da institucionalização da política municipal de educação integral em tempo integral orienta-se pela apreensão dessa política como expressão dessas disputas, materializadas nos documentos oficiais que orientam e estruturam a ação estatal no âmbito do sistema municipal de ensino de Oriximiná-Pa.

DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista teórico, a pesquisa insere-se na abordagem das políticas educacionais, fundamentada no materialismo histórico-dialético, compreendendo o Estado como uma construção histórica, permeada por disputas e contradições. Nessa perspectiva, o Estado é apreendido como forma política que expressa relações sociais e conflitos de classe, conforme discutido por Marx (2007) e aprofundado por Poulantzas (1985, 2000), ao concebê-lo como uma relação de forças materializada em instituições, normas e práticas.



No campo das políticas públicas, a análise dialoga com as contribuições de Azevedo (2004), que compreende a educação como política pública inscrita no conjunto das ações estatais, e de Höfling (2001), ao evidenciar que as políticas públicas expressam interesses e disputas presentes na sociedade.

Nessa direção, a institucionalização das políticas públicas é entendida como o movimento pelo qual determinadas ações deixam de se configurar como iniciativas pontuais e passam a integrar, de forma relativamente estável, as estruturas e rotinas do Estado, sendo incorporadas aos marcos normativos e aos arranjos organizacionais que orientam a ação estatal. Tal compreensão aproxima-se das formulações Rua (2009), ao indicar que as políticas se consolidam quando passam a integrar o funcionamento regular do aparelho estatal, e também das discussões presentes no campo da avaliação de políticas públicas, que associam a institucionalização à formalização normativa e à definição de procedimentos que garantem sua continuidade no tempo.

Desse modo, a institucionalização é compreendida, nesta pesquisa, como a materialização da política nas estruturas do Estado, por meio de leis, decretos, resoluções e demais instrumentos normativos e administrativos que asseguram sua organização, reconhecimento e permanência no âmbito da administração pública.

No que diz respeito à educação integral, compreendemos como direito social e como política pública para além da ampliação do tempo escolar fortalecida por projetos de formação humana. No contexto brasileiro, está relacionada às políticas federais de indução, como o Programa Mais Educação (PME), o Programa Novo Mais Educação (PNME) e o Programa Escola em Tempo Integral (PETI), que incidem, por meio de suas diretrizes, sobre a organização das redes municipais de ensino.

Com base nesse referencial teórico-metodológico e no exame do corpus documental, a análise demonstra que a institucionalização da política municipal em Oriximiná não ocorre de forma linear. Ao contrário, constitui-se em um movimento mediado por diferentes dimensões: as diretrizes nacionais, as decisões do Estado local (Secretaria Municipal de Educação), as capacidades administrativas e as condições materiais do território. Observa-se a construção de um conjunto de marcos normativos que conferem formalização à política, bem como sua incorporação a instrumentos de planejamento e organização administrativa. Contudo, esse movimento é permeado por tensões, especialmente relacionado ao financiamento, às condições de trabalho e às



especificidades do contexto amazônico, que incidem diretamente sobre sua consolidação.

CONCLUSÕES

Os resultados indicam que a institucionalização da política de educação integral em tempo integral em Oriximiná/PA configura-se como um processo histórico, marcado por mediações e contradições. Trata-se de um movimento no qual a ação estatal se materializa por meio de normas, estruturas e arranjos institucionais que buscam dar forma e continuidade à política no âmbito municipal.

Nesse sentido, tal processo evidencia a articulação entre, de um lado, as racionalidades estatais que orientam a educação integral como política pública no contexto brasileiro e, de outro, as induções produzidas pelos programas federais (PME, PNME e PETI), cujas diretrizes incidem sobre a organização da política no território local. Ao mesmo tempo, essa articulação explicita os limites impostos pelas condições estruturais e territoriais que caracterizam o município de Oriximiná/PA, tensionando a consolidação da política em bases mais estáveis.

A partir dessas análises, a pesquisa contribui para o campo das políticas educacionais ao demonstrar que a institucionalização de uma política não se reduz à sua formalização normativa, mas envolve sua inserção nas estruturas do Estado, sua sustentação no tempo e sua capacidade de responder às condições concretas em que se realiza. Assim, reafirma-se a importância de analisar a ação estatal em sua materialidade, especialmente no âmbito dos municípios, onde a política se concretiza e se redefine.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, I. D. A.; COLARES, M. L. I. S.; SILVA, L. M. Políticas e práticas de educação integral: estudo na Revista Exitus (2011-2025). **Revista Educação em Páginas**, [S. l.],



v. 5, n. 5, p. e18547, 2026. DOI: 10.22481/redupa.v5i5.18547. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/redupa/article/view/18547>. Acesso em: 27 mar. 2026.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30–41, 2001.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2007.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

RUA, M. G. **Instituições e políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2009.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

SILVA, S. A. V. da; DIÓGENES, E. M. N. Educação integral no Brasil: uma revisão da literatura acadêmica recente (2018-2024). **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 6, p. e025007, 2025. DOI: 10.51281/impa.e025007. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/15709>. Acesso em: 20 mar. 2026

